

DEVOLUTIVAS REFERENTES AS FALAS NAS REUNIÕES PÚBLICAS REALIZADAS NA CÂMARA MUNICIPAL REFERENTE AO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV), POSO GERADOR DE TRÁFEGO (PGT) E DE AJUSTES TÉCNICOS E MATERIAIS DE LEI DE PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
(LEI COMPLEMENTAR N. 623, DE 2019)

N°	ENTIDADE	NOME	LOCAL BAIRRO	PERGUNTA / SUGESTÃO	RESPOSTA	SITUAÇÃO
1		WILSON CABRAL	CASA DO IDOSO SUL	<p>As alterações que tão sendo propostas na lei de zoneamento se devem ao açodamento como que essa lei foi estabelecida. Então erros acontecem e principalmente quando as coisas são atropeladas. Considerando que a proposta de EIV não contempla a audiência da população que mora na região do empreendimento, no entorno da região do empreendimento, não inclui atividades tais como implantação de terminal de transportes, implantação de aterros e unidade de tratamento de resíduos pra fins de exigências de EIV, não deixa clara a exigência de estudos sobre adensamento populacional na área do empreendimento, não contempla a participação da sociedade civil no grupo de análise de EIV e no comitê de análise de impacto de vizinhança, exclui da exigência de apresentação de EIV empreendimentos na periferia da zona urbana, no eixo Dutra, ou em ZUPI e ZUD. Considerando que a proposta de PGT não detalha quais atividades ou empreendimento são de média e grande impacto, não define o que pode ser enquadrado como PGT ou não PGT, o que pode potencializar a corrupção dos agentes públicos porque transfere ao poder público o poder discricionário de dizer o que é e o que não é, transfere para o empreendedor a opção de compensação pela geração de tráfego limitando essa a 3,5% do valor do empreendimento, o que pode gerar ônus adicional à sociedade, ou seja, o poder, o empreendedor é quem escolhe se opta ou não e se o ônus do empreendimento em termos de impacto viário ficar muito maior do que o que ele compensou, é a nós, a sociedade vai pagar por isso. Nós do movimento Desperta São José repudiamos a forma e a condução dessa prefeitura sobre legislação tão importante para o município, bem como solicitamos a ampliação do prazo pra discussão de tais instrumentos à luz das críticas aqui apresentadas e adoção de prática verdadeiramente democrática pra participação social nas decisões do poder público municipal, conforme estabelecido em lei.</p>	<p>Faz parte do processo de EIV a reunião com a população e essa reunião ela vai se dar pela internet. Então o projeto de EIV, o estudo e as diretrizes vão estar no site. E o empreendedor tem que avisar a população por meio de dois canais de comunicação oficiais, sendo um deles diretamente destinado a população da vizinhança. A partir dessa comunicação a população, conta-se 15 dias pra que a população tenha tempo para fazer as suas sugestões, reclamações, agradecimentos, se for o caso, pelo prazo também de 15 dias. Então a partir dessas sugestões, tanto o grupo como o comitê vão analisar essas solicitações. Então há sim a participação popular, a gente não deixaria isso de lado de forma alguma. As atividades são classificadas como CS3 e está disposto em zoneamentos mais periféricos de forma que não afetem a comunidade, não existem residências no seu entorno imediato. O próximo item dele não deixa clara a exigência de estudos sobre adensamento populacional na região do empreendimento. Estamos agora, uma das atividades que estão sendo incorporadas na legislação são os residenciais multifamiliares. E quando eles tiverem acima de 200 unidades e estiverem localizados na ME, haverá uma consulta as secretarias de saúde, educação, e esportes, de modo que as secretarias dirão se a infraestrutura existente atende a implantação daquele empreendimento ou se necessita o aumento da capacidade. Não contempla a participação da sociedade civil no grupo de análise de estudo e no comitê. O grupo e o comitê são formados por técnicos da prefeitura. O que não impede também de haver um convite dos seus coordenadores de outros órgãos e outras partes para poder participar. De qualquer forma, a sociedade, deve dar a sua contribuição pela internet e pelo próprio CMDU. O próximo item, exclui da exigência de apresentação de EIV empreendimentos na periferia da zona urbana, no eixo Dutra ou em ZUPI e ZUD. É, como se nessas áreas não houvesse o impacto de vizinhança. Então como eu disse anteriormente, o EIV feito para a toda a cidade, mas nessas regiões, nesses zoneamentos foram propostos para receber essas atividades mais impactantes. Seguindo os itens, esses foram sobre o estudo de impacto de vizinhança, entrando no polo gerador de tráfego, ele diz que não detalha quais atividades ou empreendimento são de médio e grande impacto. Então realmente essa diferenciação vai ser dada por decreto, o que não impede a análise, diferentemente do que ocorre hoje, onde só o P2 é analisado, o relatório de impacto, todas as atividades, sejam elas polo médio ou de grande impacto, vão ter esse estudo. Isso foi feito com base já no que é hoje então houve só a adequação dessas atividades. A transfere para o empreendedor a opção de compensação pela geração de tráfego limitando esta a 3,5% do valor do empreendimento, o que pode gerar ônus adicional à sociedade, especialmente no caso em que a mitigação tenha custo maior que a compensação estabelecida. Essas porcentagens foram definidas com base no que vem acontecendo com os empreendimentos.</p>	



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

DEVOLUTIVAS REFERENTES AS FALAS NAS REUNIÕES PÚBLICAS REALIZADAS NA CÂMARA MUNICIPAL REFERENTE AO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV), POSO GERADOR DE TRÁFEGO (PGT) E DE AJUSTES TÉCNICOS E MATERIAIS DE LEI DE PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
(LEI COMPLEMENTAR N. 623, DE 2019)

N°	ENTIDADE	NOME	LOCAL BAIRRO	PERGUNTA / SUGESTÃO	RESPOSTA	SITUAÇÃO
1	[continuação da folha anterior - Pg. 1]		CASA DO IDOSO SUL	[VER FOLHA ANTERIOR]	compensação estabelecida. Essas porcentagens foram definidas com base no que vem acontecendo com os empreendimentos. Todos esses valores não tão, não são extremamente abaixo do que é pedido hoje, não estão muito acima, mas são feitos de forma a contemplarem o que já vem sendo pedido.	
2		MATHEUS HOMEM	VILA SÃO BENTO	Alguns dos apontamentos feitos pela equipe técnica foram incansavelmente alertados pelos vereadores de oposição. Então por que vocês tão fazendo isso agora? Vocês poderiam ter feito isso antes. Eu não entendo a razão de fazer isso e gastar dinheiro público, gastar força, gastar energia, gastar tempo do munícipe e também dos funcionários da prefeitura. Segundo: referente às autorizações que as empresas que são interessadas em fazer novos empreendimentos estão protocolando na prefeitura nesse momento. Como vai ficar o pedido de autorização nesse lapso temporal.	A partir do momento que a gente aprovar essas novas legislações, vão adotar os novos parâmetros. Outro ponto, foram ajustes materiais. Não são alterações na lei. Então como deu pra ver é uma questão de uma cor que foi pintada errado, estava no texto e não estava na tabela ou vice-versa. Então eram apenas ajustes técnicos.	
3		ADEGILSON BASÍLIO ALVES	JARDIM TERRAS DO SUL	Gostaria de saber o seguinte, até a linha 318 saiu de circulação. Era uma linha que existia há 29 anos. Isso tá sendo prejudicado mais de duas mil pessoas. E eu como um vizinho de vários deles, gostaria de saber quando poderia voltar essa linha porque, na verdade, é uma falta muito grande pra nós.	Este assunto que tá alheio a nossa discussão da pauta de hoje, mas temos os dados aqui e vai ser encaminhado pra secretaria responsável que no caso é a que eu sou titular.	